



AZ@BXL

Número: 231 Data: 2022.06.17

No título: Vista sobre o topo da Montanha, Ilha do Pico

Nota: A [Montanha do Pico](#) é um vulcão com 2351 m de altura. O seu trilho consiste na subida até ao Piquinho (Pico Pequeno ou Topo da Montanha), com início e fim na Casa da Montanha, a cerca de 1200 m de altitude. Tem cerca de 3,8 km e um desnível de 1150 m.



Gabinete dos Açores em Bruxelas

Destaques



- [Comissão Europeia recomenda Estatuto de candidato à UE para a Ucrânia, Geórgia e Moldávia](#)
- [Estados-Membros da área do euro recomendam que a Croácia se torne o 20.º membro da área do euro](#)
- [Aberto período de candidaturas ao Prémio Cidade Acessível 2023](#)
- [Acordo político provisório para alargar o regulamento que estabelece o Certificado Digital COVID da UE](#)
- [Conferência sobre Alterações Climáticas em Bona abre caminho à COP 27](#)
- [Programa Copernicus no horizonte de 2035 – Conclusões do Conselho](#)



20 de junho



o banco da UE

Lançamento dos Instrumentos financeiros da política de coesão para a REPowerEU e o Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento irão [apresentar](#) em conjunto dois novos instrumentos financeiros para apoiar as iniciativas *REPowerEU* e *New European Bauhaus*. O evento terá lugar online na segunda-feira, 20 de junho de 2022, das 15h00 às 17h00 (CEST).



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros será [informado](#) sobre questões da atualidade e os ministros poderão trocar pontos de vista sobre os acontecimentos recentes e a rápida evolução das relações externas. O Conselho debaterá então os últimos acontecimentos no Corno de África e as relações da UE com o Egito. Por último, o Conselho trocará pontos de vista sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, à luz da reunião extraordinária do Conselho Europeu de 30 e 31 de maio de 2022 e da adoção de um sexto pacote de sanções económicas e individuais contra a Rússia.

Até 21 de junho



Consulta pública: Fuga de cérebros — atenuar os desafios associados ao declínio demográfico (comunicação)

A Comissão Europeia está a preparar uma comunicação sobre a fuga de cérebros e os desafios associados ao declínio da população. Esta publicação está prevista para o final de 2022 para avaliar a escala, dinâmica e impulsores do fenómeno da fuga de cérebros, entender seus efeitos socioeconómicos de longo prazo e propor soluções para melhorar a atratividade das regiões impactadas.

A fim de recolher provas, opiniões e sugestões dos cidadãos e das partes interessadas, a Comissão lançou a [consulta pública](#) tendo como objetivo obter informações sobre a escala e a dinâmica da fuga de cérebros e sobre as áreas afetadas. Outro dos objetivos consiste em identificar práticas, estratégias e políticas que tenham tido sucesso no combate à emigração de trabalhadores qualificados.



o banco da UE

Webinar sobre as boas práticas dos instrumentos financeiros do FSE+ na economia social

A Comissão Europeia - Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (DG EMPL) em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI) irão promover o webinar "[Boas práticas dos instrumentos financeiros do FSE+ na economia social](#)", que terá lugar na terça-feira, 21 de junho de 2022, das 14.00 às 17.00 CEST.

O webinar, dirigido a “profissionais” do FSE, [centrar-se-á](#) nos instrumentos financeiros, apresentando exemplos de apoio ao empreendedorismo social e às microfinanças. A participação beneficiará da apresentação de peritos da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento, bem como das autoridades de gestão e outros organismos envolvidos na implementação de instrumentos financeiros.



Conselho (Assuntos Gerais)

O Conselho irá [debruçar-se](#) sobre a [Conferência sobre o Futuro da Europa](#), e sobre o [Semestre Europeu](#). O Conselho adotará as conclusões relativas ao Relatório Especial do Tribunal de Contas n.º 05/2022 "Cibersegurança das instituições, órgãos e agências da UE agências: um nível de preparação globalmente insuficiente em relação às ameaças". Deverão ser igualmente adotadas as conclusões referentes às Regiões Ultraperiféricas.

22 e 23 de junho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Fazem parte do [projeto de ordem do dia](#) o debate sobre o Certificado Digital COVID da UE - cidadãos da União (Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) 2021/953 relativo a um regime para a emissão, verificação e aceitação de certificados interoperáveis de vacinação, teste e recuperação da COVID-19), ou as discussões em torno das relações do governo russo e a rede diplomática com os partidos da direita europeia no contexto da guerra, ou ainda o ponto de situação relativo à execução e consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os restantes ficheiros-base relativos ao pacote “Objetivo 55” subirão igualmente a Plenário.

Até 23 de junho



Emissões industriais — atualização das normas da UE

Esta [iniciativa](#) destina-se a atualizar as normas da UE sobre emissões industriais, para assegurar que a indústria continua a melhorar o ambiente da UE. Visa garantir que a indústria utiliza técnicas que criam uma economia da UE mais sustentável e um ambiente mais limpo em benefício da saúde pública. Desta forma, a iniciativa apoia a ambição do Pacto Ecológico Europeu de alcançar poluição zero, assim como as políticas da UE em matéria de energia, clima e economia circular (reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos e promover a utilização de materiais reciclados).

23 e 24 de junho



Reunião do Conselho Europeu

Os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia estarão [reunidos](#) em Bruxelas numa nova sessão ordinária. Da [agenda provisória](#), constam os seguintes pontos: Ucrânia; Questões económicas; Conferência sobre o Futuro da Europa; e Grande Europa.

De 27 de junho a 1 de julho



Conferência dos Oceanos da ONU

A cidade de Lisboa vai acolher a [Conferência dos Oceanos da ONU](#) promovida pelas [Nações Unidas](#), com o apoio dos Governos de Portugal e do Quênia. Sob o mote “Salvar o Oceano, Proteger o Futuro”, esta [Conferência](#) representa um apelo à ação pelos Oceanos, procurando incentivar líderes e decisores dos 193 países da ONU a mobilizar parcerias e aumentar o investimento em abordagens científicas e inovadoras que contribuam para reverter o declínio da saúde dos oceanos. A Conferência pretende assim contribuir para a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável 14 «Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável».

Até 28 de junho



Comentários à Proposta de Regulamento sobre Alimentos e bebidas – Sistema de indicações geográficas da UE (revisão)

O sistema protege nomes importantes de alimentos e bebidas contra a contrafação/fraude e certifica que obedecem a normas elevadas num determinado país ou região. Esta [iniciativa](#) reforçará o sistema: melhorando a produção sustentável ao abrigo do sistema; melhorando a execução; fortalecendo os agrupamentos de produtores; reduzindo o furto na Internet; permitindo uma melhor adaptação do sistema aos produtores de todas as regiões da UE; estudando a forma de promover e proteger os alimentos tradicionais europeus; acelerando os procedimentos de registo.



Horizonte Europa - Cluster 3: Segurança Civil para a Sociedade

A jornada informativa “Horizonte Europa - Cluster 3” reveste-se duma oportunidade única para potenciais candidaturas a financiamento da UE. Inscrições [aqui](#).

30 de junho



Carta para a Missão "Restaurar os nossos Oceanos e as nossas Águas até 2030"

A Comissão Europeia [organizará](#) este evento em Lisboa, no Oceanário. O objetivo do [evento](#) é o de lançar a Carta da Missão. Os Estados-Membros, regiões e partes interessadas relevantes serão convidadas a descobrir a Carta e a envolverem-se em ações para uma implementação bem-sucedida da Missão.

Até 4 de julho



Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuíram para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

Até 13 de julho



Consulta pública respeitante à proteção à escala da UE das indicações geográficas dos produtos não agrícolas

Atualmente, não existe um sistema à escala da UE para proteger as indicações geográficas dos produtos não agrícolas (como o artesanato e os produtos industriais). No entanto, estes produtos são um elemento importante da identidade local, atraem o turismo e criam postos de trabalho. Um sistema uniforme permitiria nomeadamente: ajudar os produtores a manterem-se competitivos em nichos de mercado; fornecer aos consumidores uma melhor informação sobre a autenticidade dos produtos; impulsionar as economias regionais. Todos os contributos poderão ser carregados [aqui](#).

Até 15 de julho



Consulta pública relativa ao tráfico de bens culturais — Plano de ação da UE

No âmbito da estratégia da UE sobre a criminalidade organizada, a Comissão [adotou](#) um plano de ação contra o tráfico de bens culturais para 2022-25, a fim de dismantlar as atividades criminosas e proteger o património cultural. O objetivo global do plano de ação consiste em: sensibilizar o público; melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação (inclusivamente com países terceiros); e promover o reforço das capacidades e os conhecimentos especializados. O plano procurará igualmente encontrar novas formas de melhorar a rastreabilidade dos bens culturais, tanto em linha como fora de linha.

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagenese e cisgenese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do

ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prado ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 8 de setembro



Prémio Cidade Acessível 2023

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações. A cidade vencedora receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente.

Até 9 de setembro



Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).

26 a 30 de setembro



Semana Europeia da Energia Sustentável

A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.



Agricultura

Resultados do Conselho (Agricultura) de 13 de junho de 2022

Durante a reunião de junho dos ministros da agricultura da União Europeia, dezasseis Estados-Membros [solicitaram](#) à Comissão Europeia que prorrogasse, durante a campanha de 2023, o princípio das derrogações temporárias a certas disposições da Política Agrícola Comum, aplicado em 2022. A Comissão indicou que retomaria esta temática no próximo Conselho ([18 julho](#)). Os ministros reafirmaram igualmente a autossuficiência da União Europeia em relação à maioria dos produtos agrícolas graças à PAC, e confirmaram a capacidade da PAC de contribuir para a segurança alimentar mundial, tal como sublinhado pelo Conselho Europeu.

Os ministros trocaram igualmente opiniões sobre as informações fornecidas pela Comissão relativas ao [relatório recentemente adotado sobre a aplicação das normas sanitárias e ambientais da UE aos produtos agrícolas e agroalimentares](#)

[importados](#). A discussão seguiu-se a um debate anterior organizado pela Presidência francesa, em fevereiro de 2022, sobre o reforço da coerência entre o Pacto Ecológico Europeu, a Política Agrícola Comum e a Política Comercial da UE. O relatório demonstrou a capacidade de implementar medidas, em conformidade com as normas da OMC, em fóruns multilaterais, em acordos comerciais bilaterais ou através de medidas autónomas quando uma norma de produção é introduzida nos regulamentos europeus. Os ministros saudaram o relatório e salientaram que em várias áreas, tais como o bem-estar dos animais, que foi mencionado por muitas delegações, o exame da reciprocidade era relevante, em particular através da mobilização de fóruns multilaterais e negociações bilaterais. Pediram ainda que fosse feito um acompanhamento regular das medidas implementadas ou planeadas.

Redução contínua da utilização de pesticidas químicos na União Europeia

A Comissão Europeia [publicou](#) os últimos números que demonstram progressos no sentido dos objetivos de redução na utilização de pesticidas. No âmbito da Estratégia "Do Prado ao Prato", a Comissão está empenhada em trabalhar no sentido de reduzir a utilização e o risco global de pesticidas químicos em 50% até 2030. Para acompanhar os progressos no sentido do cumprimento destes objetivos, a Comissão publica anualmente números sobre a utilização e o risco de pesticidas químicos na UE. Para 2020, os números mostram que os pesticidas químicos são globalmente menos utilizados, com um risco associado mais baixo. A utilização e risco de pesticidas químicos diminuiu 1% em comparação com 2019, e 14% em comparação com o período de referência (2015-2017). Os números mostram também que os pesticidas mais perigosos são significativamente menos utilizados. Diminuíram 9% em comparação com 2019, e 26% em comparação com o período de referência. Isto marca o segundo ano consecutivo com uma redução significativa. Ao mesmo tempo, a UE mantém a sua posição global de principal exportador de produtos alimentares.

Embora o progresso seja constante e contínuo, o seu ritmo ainda não é suficientemente rápido. Os Estados-Membros precisam de fazer mais para reduzir a utilização e o risco de pesticidas químicos, tal como solicitado por cientistas e cidadãos. Os dados também mostram que a aceitação de alternativas de baixo risco e biológicas aos pesticidas químicos é ainda muito baixa. A Comissão está, portanto, a atualizar as regras e a financiar projetos para ajudar a aumentar a disponibilidade destas alternativas. Além disso, a Comissão irá adotar em breve [novas regras sobre a utilização sustentável de pesticidas](#) para ajudar os Estados-Membros a alcançar os objetivos estabelecidos.



Alargamento

Comissão Europeia recomenda Estatuto de candidato à UE para a Ucrânia, Geórgia e Moldávia

A Comissão Europeia [apresentou](#), a convite do Conselho, os seus pareceres sobre o pedido de adesão à UE apresentado pela Ucrânia, Geórgia e República da Moldávia. Os pareceres baseiam-se na avaliação da Comissão à luz dos três conjuntos de critérios de adesão à UE acordados pelo Conselho Europeu: critérios políticos, critérios económicos e a capacidade do país para assumir as obrigações da adesão à UE (acervo da UE). Os pareceres têm igualmente em conta os esforços da Ucrânia, Moldávia e Geórgia na implementação das suas obrigações ao abrigo dos Acordos de Associação (AA), incluindo as Zonas de Comércio Livre Aprofundado e Abrangente (ZCLAA), que cobrem partes significativas do acervo da UE.

Com base nos pareceres da Comissão Europeia, os Estados-Membros da UE terão agora de decidir por unanimidade os próximos passos. Os pedidos de adesão à UE da Ucrânia, Geórgia e Moldávia à luz dos pareceres da Comissão serão debatidos no próximo Conselho Europeu de 23 e 24 de junho.



Ambiente

Antitrust: Comissão Europeia realiza inspeções sem aviso prévio no setor das infraestruturas hídricas sobre alegada manipulação de propostas

A Comissão Europeia está a realizar [inspeções](#) sem aviso prévio num Estado-Membro nas instalações de empresas envolvidas na construção de redes e estações de tratamento de água potável e de águas residuais. A Comissão receia que certas empresas possam ter violado as regras *antitrust* da UE que proíbem cartéis e práticas comerciais restritivas (Artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia). Os funcionários da Comissão foram acompanhados pelos seus homólogos da autoridade nacional competente em matéria de concorrência.

As inspeções dizem respeito a um alegado caso de manipulação de propostas em concursos envolvendo fundos da UE para a construção de redes e estações de tratamento de água potável e águas residuais. As inspeções sem aviso prévio são uma etapa preliminar de investigação de suspeitas de práticas anticoncorrenciais. O facto de a Comissão realizar tais inspeções não significa que as empresas sejam culpadas de comportamento anticoncorrencial, nem prejudica o resultado da própria investigação. As inspeções foram conduzidas em conformidade com todos os protocolos de saúde e segurança para garantir a segurança das pessoas envolvidas. Não existe um prazo legal para concluir as investigações sobre o comportamento anticoncorrencial. A duração depende de uma série de fatores, incluindo a complexidade de cada caso, o grau de cooperação das empresas e associações envolvidas com a Comissão e o exercício dos direitos de defesa. Nesta base, a Comissão

recomenda que seja dada à Ucrânia a perspectiva de se tornar um membro da União Europeia. Deve ser-lhe concedido o estatuto de candidato no entendimento de que são tomadas medidas em várias áreas.

Conferência sobre Alterações Climáticas em Bona abre caminho à COP 27

Durante as últimas duas semanas, delegados de todo o mundo [reuniram-se](#) na Alemanha, no âmbito da [Conferência anual sobre Alterações Climáticas](#), estando a preparar a próxima [Conferência das Nações Unidas sobre o Clima \(COP27\)](#) em Sharm El-Sheikh, Egito. Nas negociações foram feitos progressos em matéria de mitigação, adaptação, finanças e perdas e danos, estabelecendo um trabalho importante a ser concluído na COP27. Na sua declaração final, a UE congratulou-se com os progressos realizados durante os dez dias, e apelou às Partes para continuarem a construir a convergência sobre as várias questões antes de Sharm El-Sheikh. A próxima [Presidência egípcia da COP27](#) conta com todo o apoio da UE. [Na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima em Glasgow \(COP26\)](#), mais de 190 países completaram com sucesso o manual do Acordo de Paris e concordaram em manter vivos os objetivos de Paris. Estes países concordaram em rever os seus compromissos, conforme necessário, até ao final de 2022, tendo em conta limitar o aquecimento a 1,5°C.

Conselho toma medidas para assegurar uma transição ecológica justa e inclusiva

O Conselho [adotou](#) uma recomendação que visa assegurar uma transição justa para a neutralidade climática. Os Estados-Membros são convidados a adotar medidas que abordem os aspetos sociais e de emprego das políticas climática, energética e ambiental. A recomendação incentiva determinadas ações que se destinam a apoiar as pessoas mais afetadas pela transição ecológica, por exemplo, estimulando a criação de emprego de qualidade e facilitando o acesso ao financiamento e aos mercados para as micro, pequenas e médias empresas. Salienta igualmente as medidas no domínio da educação e da formação e convida os Estados-Membros a integrarem os aspetos sociais e de emprego da transição ecológica no desenvolvimento e na execução das estratégias nacionais pertinentes. Outras propostas centram-se na equidade dos sistemas fiscais e de proteção social e na garantia do acesso a serviços essenciais e a habitação a preços acessíveis para as pessoas e os agregados familiares mais afetados pela transição ecológica.



Coesão

Visão a longo prazo para as zonas rurais da UE

Durante os dias 15 e 16 de junho, a [Conferência sobre Pacto Rural](#), que decorreu em Bruxelas, reuniu 500 participantes representando decisores políticos europeus, nacionais e regionais, bem como as autoridades locais e os atores sociais e económicos, para discutir e conceber a governação do Pacto Rural e reunir compromissos para a realização da [visão a longo prazo para as zonas rurais da UE](#). A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a comissária para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira e o comissário para a Agricultura, Janusz Wojciechowski, participaram com mensagens em vídeo. Dubravka Šuica, vice-presidente para a Democracia e Demografia, esteve fisicamente presente.

As zonas rurais da UE albergam 137 milhões de pessoas, quase 30% da sua população e mais de 80% do seu território. A visão a longo prazo para as zonas rurais da UE adotada no ano passado visa criar zonas rurais mais fortes, mais ligadas, mais prósperas e mais resilientes. Foi acompanhada por um Plano de Ação Rural, do qual o Pacto Rural é uma ação-chave. Em dezembro de 2021, o vice-presidente, o comissário Wojciechowski e a comissária Ferreira [encorajaram todas as autoridades e organizações interessadas](#) a expressar o seu apoio aos objetivos comuns desta visão e a desempenhar um papel ativo no seu desenvolvimento. O Pacto Rural proporcionará este quadro comum de cooperação entre autoridades e partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local. Ao reunir todos os níveis de governação e partes interessadas, complementar as medidas tomadas pela Comissão Europeia e ajudará a assegurar que as necessidades específicas das diferentes zonas rurais da Europa sejam tidas em conta. A Comissão Europeia organizou esta conferência em parceria com o Comité das Regiões Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Parlamento Europeu, Presidência do Conselho da União Europeia e o Parlamento Rural Europeu. A conferência poderá ser revista [aqui](#) (primeiro dia) e [aqui](#) (segundo dia).

Política de Coesão da UE: Comissão adota Acordo de Parceria com a Suécia no valor de 2,2 mil milhões de euros

A Comissão Europeia [adotou](#) o [Acordo de Parceria](#) com a Suécia, estabelecendo a estratégia de investimento de 2,2 mil milhões de euros para a coesão económica, social e territorial para o período 2021-2027. Apoiará o país a implementar as principais prioridades da UE, tais como a transição verde e digital e contribuirá para o desenvolvimento de um novo modelo de crescimento competitivo, inovador e orientado para a exportação.

O Acordo de Parceria com a Suécia prepara o caminho para a implementação dos programas operacionais específicos da coesão. Abrange 4 programas nacionais (FEDER, FSE+, JTF, FEAMP) e 8 programas regionais. Além disso, estabelece a elegibilidade e implementação do JTF nas regiões com instalações industriais mais intensivas em carbono para as ajudar a enfrentar os desafios da transição para a neutralidade climática. O Acordo de Parceria reflete igualmente o forte empenho da Suécia na utilização coordenada dos fundos da Política de Coesão com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A adoção

do Acordo de Parceria com a Suécia segue-se aos da [Grécia](#), [Alemanha](#), [Lituânia](#), [Áustria](#), [Finlândia](#), [República Checa](#), [Dinamarca](#) e [França](#).

Instrumento de Recuperação da União Europeia: ministros aprovam a avaliação do plano nacional da Polónia pela Comissão Europeia

Os ministros da UE responsáveis pela Economia e pelas Finanças debateram a avaliação positiva do plano de recuperação e resiliência da Polónia pela Comissão Europeia. O Conselho [adotou](#) a sua decisão de execução sobre a aprovação do plano da Polónia.

A decisão do Conselho vem na sequência da avaliação, pela Comissão, dos planos nacionais de recuperação e resiliência. Estes planos têm de estar em conformidade com as recomendações específicas por país de 2019 e de 2020 e refletir os objetivos gerais da UE de criar uma economia mais ecológica, mais digital e mais competitiva.

A dotação total da Polónia ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência é de 35,4 mil milhões de EUR (23,9 mil milhões de euros em subvenções e 11,5 mil milhões de euros em empréstimos). Este financiamento permitirá à Polónia promover a sua recuperação económica após a pandemia de COVID-19 e financiar as transições ecológica e digital.



Cultura e Diversidade Cultural

Novo Prémio Europeu Bauhaus 2022: 18 projetos vencedores de toda a Europa

Na cerimónia de encerramento do primeiro Festival do Novo Bauhaus Europeu, as comissárias europeias Mariya Gabriel e Elisa Ferreira [anunciaram](#) os vencedores de 2022. Os prémios celebram novos exemplos inspiradores das transformações que o novo Bauhaus europeu pretende trazer à nossa vida quotidiana, espaços de vida e experiências. Este ano, 1.100 projetos candidataram-se aos prémios. Foram atribuídos quatro prémios em cada uma das quatro categorias, cada uma incluindo prémios para projetos concluídos e "estrelas em ascensão" para ideias de jovens talentos com 30 anos ou menos. Na categoria "Reconnecting with Nature", os vencedores vieram de Espanha, França, Alemanha e Polónia. Os prémios "Regaining a sense of belonging" foram atribuídos a projetos da Áustria, Lituânia, Polónia e República Checa. Os melhores projetos na categoria "Prioritising the places and people that need it the most" foram selecionados da Bélgica, Grécia, Itália e Hungria e na categoria "Shaping a circular industrial ecosystem and supporting life-cycle thinking" os prémios foram atribuídos a candidaturas de [Portugal](#), Romênia, Finlândia e Itália.

Por fim, foram atribuídos dois prémios aos vencedores escolhidos através de um voto do público: o projeto "[Jardins do futuro](#)" de Chipre, e "[Biofotovoltaicos para a natureza e as pessoas](#)", um projeto de Espanha na categoria "estrelas em ascensão". Cada um dos vencedores receberá um prémio financeiro e uma parceria mediática fornecida pela Comissão Europeia para atividades de comunicação específicas. Para mais detalhes, ver a [informação completa sobre os vencedores](#), os [52 finalistas](#) e as [perguntas e respostas sobre os prémios](#).

Auxílios estatais: Comissão Europeia aprova um regime alemão de apoio aos jogos de vídeo culturais e educativos no valor de 14 milhões de euros

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, um regime alemão de 14 milhões de euros para apoiar o desenvolvimento e a produção de jogos de vídeo culturais e educativos de alta qualidade na região da capital Berlim-Brandemburgo. A medida destina-se a incentivar projetos que contribuam para uma paisagem cultural variada e que enriqueçam o setor audiovisual digital europeu. A medida estará aberta a todas as empresas interessadas em desenvolver e produzir jogos digitais de alta qualidade com carácter cultural ou educativo. Ao abrigo do regime, o auxílio assumirá a forma de subvenções diretas até 600 mil euros por projeto. O regime vigorará até 31 de dezembro de 2028. A Comissão avaliou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular o artigo 107(3)(d) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que permite aos Estados-Membros conceder auxílios para promover a cultura e a conservação do património. A Comissão considerou que o regime é necessário e adequado para facilitar o desenvolvimento de jogos de vídeo culturais e educativos. Além disso, a medida irá contribuir para a promoção da cultura. Finalmente, a Comissão concluiu que a medida é proporcional, ou seja, limitada ao mínimo necessário, e terá um impacto limitado na concorrência e no comércio entre os Estados-Membros. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.101124 no [registo dos auxílios estatais](#) no [sítio web da concorrência](#) da Comissão, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Economia e Mercado

UE junta-se ao Equador, Quênia e Nova Zelândia para reforçar a cooperação em matéria de comércio e clima

A Comissão Europeia e os ministros do Comércio da União Europeia, Equador, Quênia e Nova Zelândia [concordaram](#) em trabalhar em conjunto para criar uma Coligação de ministros do Comércio sobre o Clima, refletindo o compromisso comum de trazer a luta contra as alterações climáticas para a vanguarda da política comercial. Os ministros querem reforçar o diálogo

a nível ministerial, para que o comércio e as políticas comerciais possam apoiar os objetivos climáticos de Paris, o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade ambiental e uma transição justa. Os colíderes reunir-se-ão em julho para decidir sobre os próximos passos para a criação desta nova coligação. Debruçar-se-ão sobre o formato da primeira reunião da Coligação que deverá ocorrer no início do próximo ano.

12ª Conferência Ministerial da OMC assegura resultados-chave sobre subsídios à pesca, resposta à pandemia, reforma da OMC, segurança alimentar e comércio eletrónico

A UE [congratula](#)-se com os resultados bem-sucedidos em áreas-chave da 12ª Conferência Ministerial da OMC concluída esta sexta-feira, num contexto de tensões comerciais globais acrescidas e de uma crise de segurança alimentar causada pela invasão não provocada da Ucrânia por parte da Rússia. Os ministros do Comércio da organização de 164 membros reuniram-se pela primeira vez após quase cinco anos, tendo a Conferência sido adiada duas vezes devido às restrições resultantes da pandemia da COVID-19.

Os membros acordaram num acordo multilateral significativo para acabar com os subsídios prejudiciais à pesca. Além disso, sobre os próximos passos específicos para a reforma da OMC, incluindo o restabelecimento de uma função de resolução de litígios plenamente funcional para a organização. Foi também acordada uma Declaração sobre resposta pandémica e preparação futura, juntamente com uma renúncia a certas obrigações de propriedade intelectual relativas às vacinas COVID-19. Numa resposta conjunta à atual situação alimentar resultante da agressão da Rússia contra a Ucrânia, os membros da OMC concordaram em isentar o Programa Alimentar Mundial de restrições comerciais das compras com fins humanitários. Finalmente, chegou-se a um acordo para prorrogar a moratória sobre os direitos aduaneiros sobre o comércio eletrónico até à próxima reunião ministerial da OMC.

Instrumento de Contratação Pública Internacional: Conselho dá luz verde a novas regras que promovem a reciprocidade

O Conselho [adotou](#) um regulamento que visa promover a reciprocidade no acesso aos mercados internacionais de contratos públicos. Este ato legislativo permitirá a introdução de um novo instrumento de política comercial para garantir às empresas da UE o acesso, em condições de concorrência equitativas, aos mercados de contratos públicos de países terceiros, aumentando assim as oportunidades de negócio para estas empresas. Os mercados de contratos públicos representam hoje 15 a 20 % do PIB mundial. Os mercados de contratos públicos da UE estão entre os mais importantes em termos de valor a nível mundial e estão amplamente abertos à concorrência. Por outro lado, as empresas europeias nem sempre têm acesso, nas mesmas condições, aos mercados de contratos públicos dos países terceiros, onde são frequentemente objeto de práticas restritivas discriminatórias. Menos de metade dos mercados mundiais de contratos públicos estão hoje abertos às empresas europeias.

O Instrumento de Contratação Pública promoverá uma maior reciprocidade na abertura dos mercados de contratos públicos. Com efeito, conferirá poderes de investigação à Comissão e permitir-lhe-á adotar medidas no interesse da União. Se verificar que existem restrições graves e recorrentes ao acesso das empresas europeias aos mercados de contratos públicos de um país terceiro e que essas barreiras persistem mesmo após consulta do país terceiro em causa, a Comissão pode, em resposta, impor medidas que limitem o acesso das empresas desse país aos mercados de contratos públicos e de concessões da União. Esta limitação do acesso pode ocorrer quer por intermédio de uma sanção aplicada à classificação das propostas apresentadas pelos operadores económicos desse país, quer através da exclusão total dessas propostas dos processos de adjudicação.

Fiscalidade das empresas: conclusões sobre os trabalhos do Grupo do Código de Conduta

O Conselho [adotou](#) conclusões sobre os trabalhos do Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas) e aprovou o relatório semestral do Grupo. O Conselho saúda, por exemplo, os progressos alcançados pelo Grupo do Código de Conduta durante a Presidência francesa, em especial no que diz respeito às notificações de congelamentos e de desmantelamento e à revisão, em fevereiro de 2022, da lista da UE de jurisdições não cooperantes. Congratula-se, por outro lado, com o acompanhamento contínuo, por parte do Grupo, da implementação das suas anteriores notas de orientação e com os progressos alcançados no que diz respeito ao acompanhamento da aplicação das orientações de 2017 relativas aos privilégios fiscais relacionados com zonas económicas especiais.

Luta contra a fraude ao IVA: Conselho autoriza o aprofundamento da cooperação com a Noruega

O Conselho [autorizou](#) a abertura de negociações com a Noruega para reforçar o acordo entre a UE e a Noruega a sobre a cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Considera-se que o atual acordo da UE com a Noruega funciona bem e é mutuamente benéfico. Entrou em vigor em setembro de 2018. Permite que ambas as partes cooperem de uma forma semelhante àquela em que cooperam os Estados-Membros da UE para lutar contra a fraude no domínio do IVA e se prestem assistência recíproca na cobrança de créditos no domínio do IVA.

O Conselho considera oportuno continuar a reforçar a cooperação com a Noruega e pretende alargar o acordo a fim de incluir também uma série de novas possibilidades de cooperação administrativa criadas desde 2018, tais como: a melhoria da rede Eurofisc através do reforço da governação, das designadas ações de acompanhamento (tratamento e análise conjuntos de dados) e de inquéritos administrativos realizados conjuntamente (auditorias conjuntas); a possibilidade de utilizar meios adicionais para o intercâmbio de informações.

Estados-Membros da área do euro recomendam que a Croácia se torne o 20.º membro da área do euro

O Eurogrupo [aprovou](#) uma recomendação dos Estados-Membros da área do euro dirigida ao Conselho. Os ministros concordaram com a avaliação positiva da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu no que respeita ao cumprimento dos critérios de convergência por parte da Croácia. A recomendação propõe que a Croácia introduza o euro em 1 de janeiro de 2023. Trata-se do primeiro passo de um processo por meio do qual o Conselho da UE adota atos jurídicos que permitirão à Croácia tornar-se membro da área do euro e beneficiar da utilização da nossa moeda comum, o euro, a partir do próximo ano.

A referida recomendação foi [adotada](#) pelo Conselho ECOFIN (por maioria qualificada dos Estados-Membros da área do euro) na sua reunião de 17 de junho de 2022. O Conselho aprovou igualmente uma carta do presidente do Conselho ECOFIN dirigida ao Conselho Europeu. O Conselho Europeu debaterá esta questão na sua reunião de 23-24 de junho. O processo terminará com a adoção pelo Conselho (após consulta do Parlamento Europeu e do Banco Central Europeu) de três atos jurídicos necessários para permitir que a Croácia introduza o euro em 1 de janeiro de 2023. A adoção destes atos está prevista para julho.



Energia

Taxonomia: eurodeputados opõem-se ao plano da Comissão de incluir as atividades de gás e nucleares como sustentáveis

Os eurodeputados das duas comissões responsáveis [opuseram-se](#) na terça-feira à inclusão do nuclear e do gás na lista de atividades económicas ambientalmente sustentáveis. Numa reunião conjunta da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, os eurodeputados adotaram uma objeção à proposta da Comissão Europeia de incluir atividades específicas de energia nuclear e de gás na lista de atividades económicas ambientalmente sustentáveis abrangidas pela chamada Taxonomia da UE, com 76 votos a favor, 62 votos contra e 4 abstenções.

Os deputados europeus reconhecem o papel do nuclear e do gás fóssil na garantia de um fornecimento estável de energia durante a transição para uma economia sustentável. Contudo, consideram que as normas técnicas de análise propostas pela Comissão, no seu regulamento delegado, para apoiar a sua inclusão, não respeitam os critérios para atividades económicas ambientalmente sustentáveis, tal como estabelecido no artigo 3º do Regulamento da Taxonomia. A resolução adotada solicita igualmente que quaisquer atos delegados novos ou alterados sejam sujeitos a uma consulta pública e a avaliações de impacto, uma vez que poderão ter impactos económicos, ambientais e sociais significativos. Os Estados-Membros continuam a ser livres de decidir sobre o seu cabaz energético e os investidores podem continuar a investir como desejarem, uma vez que não há obrigação para os investidores de investir apenas em atividades económicas que satisfaçam critérios específicos.

Eurobarómetro: Europeus definem autonomia energética e defesa como prioridades fundamentais para 2022

O mais recente inquérito do Eurobarómetro [confirma](#) o apoio em massa dos cidadãos europeus à resposta da UE à agressão russa contra a Ucrânia, tanto relativamente à ajuda humanitária (93 %) como ao acolhimento das pessoas que fogem da guerra (91 %), às sanções económicas (80 %) ou ao financiamento do fornecimento e entrega de equipamento militar à Ucrânia. Ao todo, 59 % dos inquiridos dizem-se satisfeitos com a resposta europeia à invasão russa. Esta sondagem indica ainda que 81 % dos inquiridos são a favor de uma política comum de defesa e segurança entre os Estados-Membros da UE e que 87 % desejam que a União reduza o mais depressa possível a sua dependência da energia de origem russa. Um comunicado de imprensa e o [inquérito](#) estão disponíveis em linha.



Estado de Direito

Violação grave do direito internacional: eurodeputados apelam ao Reino Unido para não aprovar novo projeto de lei

Os copresidentes do Grupo de Contacto do Reino Unido emitiram a seguinte [declaração](#) após a reunião com o vice-presidente da Comissão Europeia, Maroš Šefčovič: "Estamos muito preocupados com a ação unilateral do Reino Unido, que constitui uma violação grave e inaceitável do direito internacional. A Lei do Protocolo da Irlanda do Norte põe em causa a capacidade do governo britânico de cumprir as suas obrigações internacionais ao abrigo do Acordo de Saída e do Acordo de Comércio e Cooperação. Também prejudica a confiança mútua e cria incerteza para os cidadãos, investidores e empresas na Irlanda do Norte. Exortamos o Governo e o Parlamento do Reino Unido a não aprovar o projeto de lei e a regressar à mesa de negociações para encontrar soluções práticas, flexíveis e sustentáveis no âmbito do quadro legal do Protocolo. A relação entre a UE e o Reino Unido deve basear-se no pleno cumprimento dos nossos compromissos mutuamente acordados e juridicamente vinculativos. Recordamos que a conclusão do Acordo de Saída foi uma condição prévia para as negociações sobre o Acordo de Comércio e Cooperação.».

Procedimento de infração contra o Reino Unido por violação do direito internacional

A Comissão Europeia [lançou](#) um procedimento de infração contra o Reino Unido por violação do direito internacional e dá mais pormenores sobre possíveis soluções para facilitar a circulação de mercadorias entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. Apesar dos repetidos apelos para que aplique o Protocolo, o Governo do Reino Unido não o fez. Trata-se de uma clara violação do direito internacional. O objetivo destes procedimentos de infração é restabelecer o cumprimento do Protocolo numa série de domínios fundamentais em que o Reino Unido não o aplicou corretamente — em última análise, com o objetivo de proteger a saúde e a segurança dos cidadãos da UE.

Ao mesmo tempo, a Comissão forneceu pormenores adicionais sobre as possíveis soluções que apresentou em outubro de 2021 para facilitar a circulação de mercadorias entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte. Os documentos de posição publicados explicam de que forma a circulação de mercadorias entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte pode ser significativamente facilitada. A Comissão Europeia insta o Governo do Reino Unido a empenhar-se de forma séria e construtiva nas soluções sugeridas. Como habitualmente, a Comissão Europeia prosseguirá em estreita colaboração e diálogo permanente com o Parlamento Europeu e o Conselho.

Desinformação: Comissão Europeia congratula-se com novo Código de Conduta sobre Desinformação mais rigoroso e mais abrangente

A Comissão [congratula-se](#) com a publicação de um [Código de Conduta sobre Desinformação reforçado](#). Os 34 signatários, que incluem plataformas, empresas tecnológicas e a sociedade civil, seguiram as [orientações da Comissão](#) de 2021 e tiveram em linha de conta os ensinamentos retirados da crise da COVID-19 e da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O Código de Conduta reforçado baseia-se no primeiro [Código de Conduta de 2018](#), que foi amplamente reconhecido, a nível mundial, como sendo um quadro pioneiro. O novo Código, que define os compromissos específicos a assumir pelas plataformas e pela indústria a fim de combater a desinformação, representa um novo e importante passo em frente rumo a um ambiente em linha mais transparente, seguro e fiável.

O Código de Conduta reforçado, juntamente com o [Regulamento Serviços Digitais](#) recentemente aprovado e a futura legislação em matéria de [transparência e direcionamento da propaganda política](#), constitui um elemento essencial do conjunto de instrumentos da Comissão para combater a desinformação na UE.

Os 34 signatários incluem as grandes plataformas em linha e, designadamente Meta, Google, Twitter, TikTok, e Microsoft, bem como uma série de outros intervenientes, como por exemplo plataformas mais pequenas ou especializadas, a indústria da publicidade em linha, empresas de tecnologia publicitária, verificadores de dados, a sociedade civil ou outros intervenientes que ofereçam competências e soluções específicas que contribuam para combater a desinformação.

O Código reforçado pretende corrigir as deficiências do Código precedente através de compromissos e medidas mais rigorosas e diversificadas, com base na experiência obtida, a nível operacional, durante os últimos anos.

Os signatários disporão de um período de seis meses para aplicar os compromissos e as medidas que subscreveram. No início de 2023, deverão apresentar à Comissão os seus primeiros relatórios de execução.



Inclusão social e Direitos

Igualdade: Comissão lança Prémio Cidade Acessível 2023 para as cidades mais inclusivas da UE

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações e que planearam novas melhorias. A cidade vencedora receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente. O concurso, organizado pela Comissão Europeia em parceria com o Fórum Europeu de pessoas com limitações, está aberto a cidades da UE com mais de 50 mil habitantes. Os vencedores do prémio deste ano serão anunciados numa conferência a 25 de novembro, o Dia Europeu das Pessoas com Limitações.

Conclusões relativas à Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança

O Conselho [salienta](#) que a estratégia assenta «nos princípios da igualdade, da inclusão, da igualdade de género e da não discriminação e que grupos específicos de crianças enfrentam vulnerabilidades específicas e são vítimas de exclusão socioeconómica e de discriminação; o Conselho reitera, a este respeito, que é proibida qualquer discriminação da criança, dos seus pais ou tutores legais em razão, designadamente, do sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual.».

Observa ainda que a «Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança e as suas seis prioridades temáticas interligadas constituem uma base sólida para a conceção de políticas, medidas e legislação assente nos direitos da criança, quer a nível da UE quer a nível nacional; Congratula-se com a iniciativa da Comissão de integrar a perspetiva dos direitos da criança em todas as políticas, legislação e programas de financiamento pertinentes da UE e apoia a criação de uma lista de controlo referente à integração dos direitos da criança.».

Ucrânia: Comissão Europeia apresenta orientações para ajudar as pessoas que fogem da guerra a aceder a empregos, à formação e à educação de adultos

Desde o início da guerra não provocada da Rússia contra a Ucrânia e a sua população civil, mais de 7 milhões de pessoas fugiram da Ucrânia e chegaram à UE. Até à data, apenas um número relativamente pequeno de pessoas em idade ativa entrou no mercado de trabalho da UE, embora se preveja que o número de pessoas que o desejam fazer venha a aumentar. As [orientações apresentadas](#) definem medidas que podem ser tomadas pelos Estados-Membros com base ensinamentos retirados e melhores práticas recolhidas até à data, aproveitando [ações anteriores a nível da UE](#) para integrar as pessoas provenientes da Ucrânia no mercado de trabalho, e apoiar o seu acesso ao ensino e formação profissionais (EFP) e à educação de adultos. Apresentam ainda vários exemplos concretos de projetos financiados pela UE que podem servir de inspiração para iniciativas dos Estados-Membros neste domínio e ajudar a garantir que utilizam o apoio disponível a nível da UE da melhor forma possível.

As orientações abrangem tanto as pessoas elegíveis para proteção temporária ao abrigo da [Diretiva Proteção Temporária](#) como as que podem beneficiar de proteção adequada ao abrigo da legislação nacional. Os fundos da UE podem apoiar as medidas dos Estados-Membros destinadas a proporcionar o acesso ao mercado de trabalho, ao EFP e à educação de adultos. Aqui se inclui financiamento do [Fundo Social Europeu \(FSE\)](#), do [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional \(FEDER\)](#), do [Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas \(FEAD\)](#) e do [Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração \(FAMI\)](#). O [InvestEU](#), o [Instrumento de Assistência Técnica](#) e o programa [Erasmus+](#) também podem contribuir.

Comissão congratula-se com metas dos Estados-Membros em prol de uma Europa mais social até 2030

Na sua [reunião do passado dia 16 de junho](#), os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais da UE apresentaram as suas metas nacionais para a concretização do [Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#) até 2030. A Comissão congratula-se com o forte empenho dos Estados-Membros em tornar a Europa justa, inclusiva e repleta de oportunidades. Com os seus compromissos nacionais, os Estados-Membros apoiam os esforços conjuntos para alcançar as três grandes metas da UE em matéria de emprego, competências e redução da pobreza.

A Comissão irá acompanhar de perto a sua aplicação no contexto do ciclo de 2023 do Semestre Europeu, no quadro da coordenação das políticas económicas e de emprego da UE.



Investigação científica, Inovação, Ciência

Novo supercomputador europeu inaugurado na Finlândia

A [Coligação Comum Europeia de Computação de Alto Desempenho inaugurou](#) o seu mais recente supercomputador, denominado de “LUMI”. O LUMI, localizado em Kajaani, Finlândia, é o supercomputador mais [rápido](#) e [energicamente mais eficiente](#) da Europa, classificado também como o terceiro mais rápido do mundo. É um empreendimento conjunto da Coligação Comum EuroHPC e de um consórcio de dez países europeus: Finlândia, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estónia, Islândia, Noruega, Polónia, Suécia e Suíça.

Missões europeias – Conclusões do Conselho

O Conselho [salienta](#) que «uma abordagem colaborativa, transnacional, inclusiva, multidisciplinar e transetorial para dar resposta a desafios complexos da sociedade através do desenvolvimento de uma abordagem sistémica e coordenada que abranja toda a cadeia de valor a nível da UE, nacional, regional e local, por intermédio de intervenientes, políticas públicas, iniciativas privadas e instrumentos e programas de financiamento pertinentes, num prazo determinado e com objetivos mensuráveis.».

Por outro lado, a instituição europeia sublinha que a «I&I é a base das missões europeias e que os seus objetivos requerem uma ação a curto, médio e longo prazo em todas as políticas setoriais, levadas a cabo por intervenientes públicos, pelo setor privado e pela sociedade civil, assim como um financiamento adequado; apela, em particular, à Comissão e aos Estados-Membros para que executem políticas públicas coerentes baseadas nos mais recentes avanços científicos e tecnológicos no âmbito das missões europeias, nomeadamente políticas que estimulem a procura, promovam a valorização do conhecimento e incentivem mudanças comportamentais; recorda que o Horizonte Europa financia somente atividades de I&I, enquanto outras atividades são financiadas através dos programas pertinentes de outras políticas setoriais, de acordo com as regras

aplicáveis dos respetivos programas; RECORDA que o objetivo do plano estratégico no quadro do Horizonte Europa consiste em promover sinergias entre o Horizonte Europa e outros programas e políticas pertinentes da União».

Conclusões do Conselho sobre os princípios e valores para a cooperação internacional no domínio da investigação e inovação

O Conselho [observa](#), por exemplo, que a «cooperação internacional no domínio da I&I deverá ter por objetivo a promoção dos valores democráticos e da cooperação para a paz, a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o acesso aos conhecimentos mais recentes, bem como a colaboração e a circulação de talentos, em especial dos jovens investigadores, em todo o mundo; recorda que a cooperação internacional no domínio da I&I é necessária para fazer face aos desafios globais, cria oportunidades económicas nos mercados estabelecidos e emergentes e permite reforçar o papel da União no mundo através da diplomacia científica; salienta que a cooperação internacional no domínio da I&I é fundamental para reforçar o impacto da I&I no desenvolvimento, no apoio e na execução das políticas da União e pode desempenhar um papel importante na realização dos objetivos globais, em particular os objetivos ambientais e climáticos; reconhece o importante papel da diplomacia científica, nomeadamente no reforço da influência da União enquanto parceiro mundial de confiança nos domínios da ciência, da tecnologia e da inovação».

Para diminuir o fosso na área da inovação na UE, os Estados-Membros têm de se empenhar mais

Há um fosso persistente na área da investigação e inovação (I&I) na União Europeia (UE). Para o diminuir e desbloquear a excelência nos países que estão mais atrasados, a Comissão Europeia está a aplicar medidas especiais, designadas por "medidas de alargamento", para lhes dar mais acesso ao financiamento essencial da UE. No entanto, uma verdadeira mudança depende sobretudo dos governos nacionais, que devem tornar a I&I uma prioridade para estimular o investimento e as reformas, salienta o Tribunal de Contas Europeu (TCE) no seu [relatório](#) mais recente. As medidas de alargamento limitam-se a dar início a progressos nestes países. Por si só, não têm a força suficiente para criar as mudanças necessárias nos ambientes nacionais de I&I.

A participação nos programas plurianuais de I&I da UE baseia-se na excelência, ou seja, apenas são selecionadas as melhores propostas. Por isso, os investigadores e inovadores de países menos eficientes, com ambientes de I&I menos desenvolvidos, têm dificuldades em concorrer com outros de países mais eficientes e em conseguir participar nos programas. Por seu lado, esta situação limita a possibilidade de os seus países ultrapassarem as insuficiências de I&I. Para resolver este ciclo vicioso, a UE introduziu medidas de alargamento da participação no Horizonte 2020, o programa de financiamento para o período de 2014-2020. Estas medidas dirigem-se aos 13 países que aderiram à União desde 2004, mais o Luxemburgo e Portugal.



Juventude, Formação e Requalificação

Erasmus+: cooperação transnacional mais profunda entre universidades na Europa

A Comissão lançou um novo [convite](#) à apresentação de propostas Erasmus+ respeitantes à cooperação entre universidades. Estas iniciativas emblemáticas da [Estratégia Europeia para as Universidades](#) visam facilitar uma cooperação transnacional mais profunda entre as instituições de ensino superior na Europa. Este convite à apresentação de propostas, aberto e competitivo, tem um orçamento total de 2 milhões de euros.

Conselho adota recomendação para estimular a aprendizagem tendo em vista a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável

Os ministros adotaram uma [recomendação](#) para que os Estados-Membros estimulem e apoiem políticas e programas para uma aprendizagem em matéria de transição ecológica e de desenvolvimento sustentável. Este aspeto é crucial para garantir que aprendentes de todas as idades adquirem os conhecimentos necessários para viverem de forma mais sustentável, adquirem as competências necessárias para enfrentar um mercado de trabalho em mutação e atuam tendo em vista um futuro sustentável.

Em muitos países, a aprendizagem para a sustentabilidade tem sido integrada em políticas, estratégias e programas curriculares. No entanto, os educadores necessitam de mais apoio específico, conhecimentos especializados e oportunidades de formação para incorporar os princípios da transição ecológica e do desenvolvimento sustentável nas suas práticas de ensino e formação.

Recomendação do Conselho relativa às contas individuais de aprendizagem como incentivo à formação de adultos em idade ativa

Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais [adotaram](#) uma recomendação para apoiar as necessidades de formação das pessoas e, assim, aumentar o número de pessoas que participam em ações de formação em cada ano. O Conselho recomenda aos Estados-Membros que ponderem a criação de contas individuais de aprendizagem como instrumento de facilitação e capacitação das pessoas para que participem em ações de formação relevantes para o mercado de trabalho e e tenham maior

facilidade em aceder ou em manter-se no emprego. Recomenda ainda – caso os Estados-Membros decidam criar contas individuais de aprendizagem – a criação de um quadro facilitador.

As contas individuais de aprendizagem proporcionarão às pessoas em idade ativa um orçamento para ações de formação, a fim de melhorar as suas competências e a sua empregabilidade ao longo da vida, independentemente de estarem ou não empregadas. Na Cimeira Social do Porto, que teve lugar em maio de 2021, os dirigentes da UE acolheram com agrado uma meta a nível da UE de que, até 2030, 60 % de todos os adultos participem em ações de formação em cada ano. Esta recomendação visa ajudar os Estados-Membros a atingir essa meta.

Conselho recomenda abordagem europeia das microcredenciais

Com vista a reforçar a aprendizagem ao longo da vida, o Conselho [recomenda](#) aos Estados-Membros que adotem uma abordagem europeia das microcredenciais e, em especial, que apliquem uma definição comum da UE, normas da UE e princípios fundamentais para a conceção e emissão de microcredenciais. As microcredenciais documentam os resultados de aprendizagem adquiridos por um aprendiz na sequência de um pequeno volume de aprendizagem.

O objetivo é que os Estados-Membros, as partes interessadas e os prestadores (desde instituições de ensino e formação a empresas privadas) desenvolvam e utilizem as microcredenciais de forma coerente. Este novo instrumento permitirá aos cidadãos da UE, que se confrontam com significativas mudanças demográficas, sociais e económicas, tirar partido de percursos de aprendizagem e de carreira personalizados.



Mobilidade e Transportes

Livre circulação na UE durante a pandemia de COVID-19 - Escrutínio insuficiente dos controlos nas fronteiras internas e ações descoordenadas dos Estados-Membros

A Comissão Europeia fiscalizou pouco os obstáculos provocados pela pandemia de COVID-19 no direito de livre circulação de pessoas, dadas as reduzidas ferramentas que tem ao seu dispor. Esta é a conclusão geral de um [relatório especial](#) que o Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou. A fiscalização dos controlos nas fronteiras internas que os Estados-Membros reintroduziram a partir de março de 2020 não foi suficiente para garantir que se estavam a cumprir as regras que facilitam a livre circulação na União Europeia, designadas por regras de Schengen.

O TCE alerta também para a falta de coordenação entre os Estados-Membros ao aplicarem restrições às viagens e para a falta de coerência com as orientações e recomendações da UE. Todos os cidadãos da União têm o direito de circular livremente no território da UE. Para isso se eliminaram os controlos nas fronteiras internas do espaço Schengen (que inclui 22 países da União e quatro outros países), criando assim uma zona na Europa em que se pode viajar sem fronteiras. Este direito pode, contudo, ser restringido por motivos de ordem, segurança ou saúde públicas. Desde 2015, vários países da UE reintroduziram esse tipo de controlos em resposta à crise de migração ou a ameaças à segurança (sobretudo terrorismo). Mais recentemente, durante a pandemia de COVID-19, muitos Estados-Membros restringiram a livre circulação na UE, numa tentativa de limitar a propagação do vírus. Se reintroduzirem controlos nas fronteiras internas do espaço Schengen, os Estados-Membros têm de notificar a Comissão Europeia, que deve avaliar se as restrições propostas cumprem a legislação da UE e não violam o direito de livre circulação de pessoas.

Auxílios Estatais: Comissão autoriza a atribuição de faixas horárias à easyJet no aeroporto de Lisboa na sequência da reestruturação do grupo TAP

A Comissão Europeia classificou a easyJet em primeiro lugar entre as transportadoras aéreas que se candidataram à atribuição da carteira com um máximo de 18 faixas horárias diárias no aeroporto de Lisboa. As faixas horárias serão disponibilizadas pela TAP Air Portugal para atenuar eventuais distorções indevidas da concorrência criadas pelo auxílio à reestruturação que lhe foi concedido por Portugal, após autorização da Comissão em [dezembro de 2021](#). A decisão permitirá à easyJet começar a explorar novas rotas a partir de 30 de outubro de 2022.

Em [21 de dezembro de 2021](#), a Comissão aprovou um auxílio à reestruturação no valor de 2,55 mil milhões de EUR, concedido por Portugal ao grupo TAP, incluindo à TAP Air Portugal. O auxílio foi aprovado ao abrigo das [Orientações da Comissão relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade](#), sob reserva de serem cumpridas certas condições, nomeadamente um pacote de medidas destinadas a racionalizar as atividades do grupo TAP, a reduzir os seus custos e a limitar as distorções da concorrência.

O pacote incluía uma medida relacionada com o aeroporto de Lisboa, onde a TAP Air Portugal tem uma forte presença. O aeroporto encontra-se estruturalmente muito congestionado, o que se traduz na impossibilidade de as companhias aéreas terem acesso às faixas horárias de aterragem e de descolagem que solicitam para as suas operações. Por conseguinte, a TAP Air Portugal comprometeu-se a transferir até 18 faixas horárias por dia no aeroporto de Lisboa para uma transportadora aérea concorrente, a fim de permitir a entrada ou a expansão duradoura de uma transportadora concorrente, em benefício dos

consumidores. O Grupo TAP nomeou um mandatário responsável pelo acompanhamento para acompanhar a execução deste compromisso relativo às faixas horárias.



Mar e Pescas

Possibilidades de pesca para 2023

Durante a reunião dos ministros das pescas, que decorreu no dia 13 de junho, no Luxemburgo, a Comissão Europeia [informou](#) os ministros do estado de implementação da Política Comum das Pescas (PCP). Os ministros foram igualmente informados do lançamento da consulta pública sobre as possibilidades de pesca para 2023, que decorrerá até 31 de agosto de 2022. Os ministros trocaram opiniões sobre o [estado dos recursos haliêuticos](#) e salientaram a importância de assegurar a igualdade de tratamento entre os três pilares da PCP, bem como a necessidade de reconhecer os esforços e as melhorias feitas pelo setor.

Discutiram ainda a implementação da obrigação de desembarque, as especificidades de cada bacia marítima, o impacto da pesca de países terceiros e a retirada do Reino Unido da UE, bem como o impacto de outros fatores como o clima e a poluição nos recursos haliêuticos. Os ministros discutiram ainda a perturbação significativa no setor das pescas causada pela agressão militar russa contra a Ucrânia, seja em termos de fluxos comerciais, de desenvolvimento de pareceres científicos ou da realização de certas negociações a nível internacional. Mencionaram ainda a mobilização do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos, Pescas e Aquicultura (FEAMPA) para financiar medidas de crise para apoiar o setor.



Regiões Ultraperiféricas

Auxílios estatais: Comissão aprova um regime de auxílios francês de 6,7 milhões de euros para apoiar as explorações e pisciculturas nos Departamentos Ultramarinos franceses e na Córsega, no contexto da invasão russa da Ucrânia

A Comissão Europeia aprovou um regime de auxílios estatais francês no valor de 6,7 milhões de euros para apoiar as explorações e pisciculturas nos Departamentos Ultramarinos franceses e na Córsega, no contexto da invasão russa da Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia](#), adotado pela Comissão a 23 de março de 2022, com base no artigo 107(3)(b) do TFUE e reconhecendo que a economia da UE está a enfrentar uma grave perturbação.

Ao abrigo deste regime, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas. O objetivo do regime é cobrir parte do aumento dos custos de alimentação das empresas agrícolas e de piscicultura. A Comissão considerou que o regime francês estava de acordo com as condições estabelecidas no quadro da crise temporária. Em particular, (i) a ajuda não excederá 35 mil euros por empresa; e (ii) será concedida o mais tardar até 31 de dezembro de 2022. A Comissão concluiu que o regime era necessário, adequado e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.103240 no [Registo de Auxílios Estatais](#) no sítio Web da Comissão sobre Concorrência, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Saúde

COVID-19: Conselho e Parlamento Europeu chegam a um acordo político provisório para alargar o regulamento que estabelece o certificado digital COVID da UE

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a [acordo](#) sobre a [extensão do regulamento](#) que estabelece o certificado digital COVID da UE. O certificado digital COVID tem desempenhado um papel importante na facilitação da livre circulação de pessoas durante a pandemia.

O regulamento que estabelece o certificado COVID digital da UE será prorrogado por um ano, até 30 de junho de 2023. A extensão do regulamento garantirá que os viajantes da UE, bem como os de países terceiros ligados ao sistema, possam continuar a utilizar o seu certificado COVID digital da UE para viagens dentro da União em Estados-Membros onde esses certificados de viagem são exigidos. Se a situação de saúde permitir, o regulamento também pode ser revogado mais cedo.

HERA assegura vacinas para os Estados-Membros da UE em resposta aos surtos de varíola dos macacos

HERA, a Autoridade da Comissão Europeia para a Preparação e Resposta em matéria de Saúde, [celebrou](#) um contrato com a empresa Bavarian Nordic para adquirir cerca de 109 mil doses das suas vacinas de 3ª geração em resposta aos atuais surtos de varíola dos macacos. Como o número de casos continua a crescer, este acordo disponibilizará rapidamente vacinas a todos os Estados-Membros da UE, Noruega e Islândia.

Desde 18 de maio, foram notificados cerca de 900 casos de varíola dos macacos em 19 Estados-Membros da UE (Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Eslovénia, Espanha e Suécia), e Noruega e Islândia. A varíola dos macacos é uma zoonose viral (um vírus transmitido ao homem por animais) com sintomas muito semelhantes, mas menos graves do que os observados no passado em doentes com varíola. A doença é endémica na África Ocidental e Central e está a alastrar pela primeira vez na Europa.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Argélia suspende Tratado de Amizade e Boas Relações de Vizinhança assinado com Espanha em 2002

Na sequência da decisão unilateral por parte do governo argelino, a Comissão Europeia em [comunicado](#) veio referir que «a decisão tomada pela Argélia de suspender o Tratado de Amizade e Boas Relações de Vizinhança assinado com Espanha em 2002 é da maior preocupação. Estamos a avaliar as implicações das ações argelinas, incluindo a instrução dada às instituições financeiras para que cessem as transações entre os dois países, as quais, à partida, parecem constituir uma violação do Acordo de Associação UE-Argélia, em particular na área do comércio e do investimento. Isto conduziria a um tratamento discriminatório de um Estado-Membro da UE e afetaria negativamente o exercício dos direitos da União ao abrigo do Acordo [...] A unidade e a solidariedade no seio da UE continuam a ser fundamentais para defender os nossos interesses e valores nas nossas relações com todos os países. Além disso, a política comercial é uma competência exclusiva da UE, e a UE está pronta para se opor a qualquer tipo de medidas coercivas aplicadas contra um Estado-Membro da UE. No entanto, a UE continua a favorecer o diálogo para resolver primeiro as controvérsias.».

Turquia: UE fornece ajuda humanitária adicional de 50 milhões de euros para apoiar refugiados

A Comissão Europeia [anunciou](#) 50 milhões de euros para apoiar os refugiados vulneráveis e as suas comunidades de acolhimento na Turquia. Esta ajuda humanitária irá para serviços de saúde especializados e ajudará a resolver questões de proteção, incluindo aconselhamento jurídico, apoio psicossocial, bem como o acesso a documentação civil. Este financiamento é concedido para além da Rede de Segurança Social de Emergência da UE (ESSN), que atualmente apoia mais de 1,5 milhões de pessoas na Turquia através de assistência em dinheiro. A ESSN ajuda-as a pagar despesas quotidianas, tais como rendas, transporte, alimentação ou medicamentos.

UE e Egito intensificam cooperação em matéria de clima, energia e transição ecológica

A UE e o Egito, numa [declaração conjunta](#) sobre o clima, energia e transição ecológica, referiram que juntarão esforços para aplicar o Acordo de Paris e assegurar resultados ambiciosos na COP27 que se realizará em Sharm El-Sheikh em novembro. A declaração conjunta obriga ambas as partes a trabalharem em conjunto numa transição energética justa a nível mundial, na melhoria da capacidade de adaptação, na atenuação das perdas e danos causados pelas alterações climáticas e no reforço do financiamento da luta contra as alterações climáticas, para responder às necessidades dos países em desenvolvimento.

A cooperação incidirá especialmente nas fontes de energia renováveis, no hidrogénio e na eficiência energética. A UE e o Egito desenvolverão uma Parceria Mediterrânica para o Hidrogénio, com vista a promover os investimentos na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, no reforço e no alargamento das redes elétricas – incluindo interligações transmediterrânicas –, na produção de energias renováveis e de hidrogénio hipocarbónico, bem como na construção de infraestruturas de armazenamento, transporte e distribuição. As partes promoverão a redução das fugas de metano e, em especial, examinarão novas tecnologias para reduzir a ventilação e a queima em facho, explorando as possibilidades de utilizar o metano capturado ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Procurarão igualmente garantir que os investimentos futuros não causem poluição do ambiente marinho ou terrestre.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Programa Copernicus no horizonte de 2035 – Conclusões do Conselho

O Conselho [recorda](#) que o Copernicus é um «sistema operacional civil e virado para os utilizadores, construído para responder aos grandes desafios sociais e baseado em conhecimentos científicos sólidos, que gera dados e informações de acesso livre e aberto; sublinha que, com o Copernicus, a União se tornou um líder mundial com capacidade para observar, monitorizar a Terra e prever alterações, recorrendo nomeadamente à modelização, e servir utilizadores científicos, institucionais e comerciais, e que o Copernicus está já a produzir múltiplos resultados tangíveis para a Europa, designadamente em matéria de serviços climatológicos, monitorização do ambiente terrestre, oceânico e atmosférico, gestão de catástrofes e segurança civil».

Os Estados-Membros referem ainda que a «visão do Copernicus até 2035 deve ter em conta as tendências preponderantes no que respeita aos seus utilizadores principais e acompanhar de perto as prioridades políticas da União e dos seus Estados-

Membros, os desafios ambientais e os progressos tecnológicos, procurando simultaneamente aumentar a sua capacidade de enfrentar os desafios sociais no âmbito de três pilares: o Pacto Ecológico, em particular o desafio climático, a transição digital e a segurança civil, que contribuem em conjunto para uma Europa mais resiliente».

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2022 e 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum](#)

[do Atlântico](#) | [IMO – Organização Marítima Internacional](#) | [JRC – Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | [OCM – Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | [ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | [OMC – Organização Mundial do Comércio](#) | [OMS – Organização Mundial de Saúde](#) | [ONU – Organização das Nações Unidas](#) | [PAC – Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!